revista portuguesa de pedagogia

2005, Ano 39 - 1

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Revista Portuguesa de Pedagogia
Ano 39, nº 1, 2005, 195-216

Relações e solidariedades intergeracionais na família – Dos avós aos netos

Natália Ramos
Universidade Aberta

Destaca-se neste texto a complexidade, a importância e as novas relações e solidariedades familiares entre as gerações, particularmente entre avós e netos. Salienta-se como a qualidade dos vínculos afectivos, relacionais e comunicacionais entre as gerações mais jovens e mais velhas e, como a participação das diferentes gerações nos cuidados, educação e socialização são fundamentais para o desenvolvimento, para o bem-estar e para a qualidade de vida das crianças e dos adultos e contribuem para a produção de novas relações e formas de solidariedade intergeracional.

Nota introdutória

Nos diferentes contextos sociais e culturais, a família, através dos seus membros e das diferentes gerações, proporciona suportes básicos afectivos, psicológicos e materiais, indispensáveis ao desenvolvimento integral e ao bem-estar multidimendional de todos os seus elementos, constituindo um espaço social, relacional, educativo e de cuidados, por excelência. No espaço familiar constroem-se laços de solidariedade e identidades, tecem-se vínculos e relações privilegiadas, desenvolvem-se competências emocionais e sociais e transmitem-se, através das gerações, representações e valores morais, humanitários, educativos e culturais.

Nas famílias plurais, multigeracionais e multiculturais de hoje, entrecruzam-se gerações e culturas, espaços e tempos, memórias e identidades, experiências e saberes, conflitos e rupturas, mas, também, diversas formas de altruísmo e solidariedade e múltiplas transformações.

As variadas mudanças sociais, culturais e laborais, o aumento da esperança e qualidade de vida e as novas configurações familiares, têm conduzido a uma verticalização das famílias, a um alargamento das gerações, a uma complexificação das relações familiares e intergeracionais e a novos papéis e identidades no seio das famílias. No entanto, apesar destas alterações e da diversidade e complexidade das relações entre as gerações, estes laços mantêm-se fortes.

A solidariedade social e familiar intergeracional e a qualidade dos vínculos afectivos, relacionais e comunicacionais entre as gerações, favorecem o sentimento de segurança e de pertença, a saúde e a qualidade de vida individual e familiar, contribuem para a produção de novas relações, papéis e representações, reforçam a coesão e integração do grupo e promovem diferentes formas de solidariedade intergeracional. Como é sabido, a família desempenha uma função importante na transmissão, junto dos indivíduos e através das gerações, dos valores de solidariedade familiar, social e intergeracional. Todavia, estes valores e obrigações ultrapassam as próprias famílias.

As solidariedades familiares não se explicam unicamente pelas relações, afectos, negociações e estratégias entre os membros da família mas são, igualmente, originadas consciente e inconscientemente, por um sentimento de obrigação e de dever influenciado pelos valores, normas e costumes da cultura e da sociedade em que vivem os indivíduos e as famílias.

Importância da família e as novas configurações familiares

Nas sociedades ocidentais actuais, não obstante a grande mobilidade familiar e a pluralidade de configurações familiares, e apesar das mudanças bruscas e profundas dos comportamentos familiares e das limitações espaciais e temporais, existe uma rede importante de relações e de solidariedade entre as gerações, continuando a família a constituir um espaço fundamental para os indivíduos, de crucial importância para a sua organização psíquica e cultural.

A família desenvolve no seu seio um sistema psíquico e relacional complexo que, dá aos seus membros o sentimento de pertença a um "nós", profundamente gravado no psiquismo de cada um, constituindo assim a primeira vinculação básica, sobre a qual se estrutura o desenvolvimento individual e os laços de filiação, ou seja, o reconhecimento

mútuo dos ascendentes e descendentes. A qualidade das interacções no seio da família e entre as gerações constituem bases para a saúde mental e somática da criança e do adulto, para a transmissão e aceitação de valores, regras e obrigações, para a inserção social e profissional e para a vivência harmoniosa na família e na sociedade.

Em França, uma investigação alargada junto de jovens dos 15 aos 29 anos, salientou que para 87% dos franceses interrogados, a família constitui o valor e espaço principal para o desenvolvimento integral e para o equilíbrio psicológico dos indivíduos, devendo permanecer a célula base da sociedade (Langouet, 1998). Também estudos comparativos europeus de 2002, sobre valores na Europa, incluindo Portugal, concluem que a família continua a constituir a dimensão com maior importância na vida das mulheres e homens inquiridos, comparativamente a outros factores, como o trabalho, os amigos, os conhecidos e a religião (Hagestad, 2002).

Na realidade, espera-se da família que ela ofereça aos seus membros, crianças e adultos, um espaço onde poderão sentir-se amados, protegidos e reconhecidos na sua individualidade. Numerosas investigações, realizadas em contextos europeus e norte-americanos, têm evidenciado a importância das relações e experiências familiares e afectivas, sobretudo na infância, na saúde e na adaptação social futura dos adultos, salientando, igualmente as consequências nefastas das carências afectivas e dos conflitos e rupturas na família, para a saúde psíquica e física e para a inserção escolar, social e profissional dos indivíduos (Bourguignon *et al.* 1985, Rutter, 1987, Amato *et al.* 1991, Ramos, 1993, 2002, 2004, 2005, Menhaem, 1994, Kot *et al.*, 1999, Marpsat *et al.* 2000).

As carências podem ser de diferentes tipos, ou seja, quantitativas, traduzidas pela insuficiência de cuidados, muitas vezes ligada a uma separação da mãe ou substituto, ou qualitativas, associadas a dificuldades e perturbações na capacidade para fornecer ou receber esses cuidados. Os indivíduos, em particular as crianças, que crescem em famílias que proporcionam segurança e carinho, aprendem a melhor gerir as emoções e afectos, as separações e a fazer face aos problemas quotidianos. Um contexto familiar difícil, com carências, violência e rupturas pode influenciar o desenvolvimento, a integração e as condições de passagem à idade adulta da criança e do adolescente. Por exemplo, uma investigação do INED (1998), em França, junto de 461 jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos, sem domicílio fixo e

vivendo em situação precária, registou que a exclusão destes jovens tinha na origem um passado familiar problemático (Marpsat *et al.* 2000).

Também na linha da pesquisa anterior, um estudo de grandes dimensões, realizado em França pelo INSEE e coordenado por Menahem (1994), junto de 13.154 indivíduos, concluiu que os acontecimentos e situações de risco, antes dos 18 anos, mais associados a dificuldades sociais e a problemas de saúde futuros estavam relacionadas com perturbações familiares e afectivas, nomeadamente: carências afectivas na família; disputas e conflitos familiares; ausência dos pais, durante pelo menos um ano; doença ou deficiência grave da mãe ou do pai. Esta investigação revelou ainda que o facto de haver, pelo menos, um problema afectivo familiar duradoiro durante a infância, estava associado a uma maior vulnerabilidade social e psicológica futura, tendo registado em relação a este grupo, comparativamente ao grupo que não teve estes problemas familiares algumas consequências, tais como: mais empregos instáveis; mais acidentes domésticos; mais acidentes de automóvel; mais acidentes de trabalho; mais períodos de desemprego; maior consumo de álcool e de tabaco; menos consultas de saúde preventivas; menos consultas médicas para determinado número de doenças.

Deste estudo concluiu-se que a experiência e recordação das carências, do sofrimento e dos traumas familiares conduziam o indivíduo a diminuir as capacidades de investimento, a privilegiar as satisfações imediatas, a relativizar a importância da prevenção e das consequências futuras da tomada de riscos, a descuidar a atenção sobre a sua saúde e as consultas médicas, o que contribuía para uma deterioração da sua saúde e da sua situação social.

Na actualidade, nomeadamente no nosso país, o aumento da esperança de vida, o declínio da mortalidade e da natalidade, o envelhecimento da população, o aumento das migrações internas e externas, a melhoria da qualidade de vida e dos cuidados médico-sociais, as novas configurações familiares, as diversas transformações sociais, culturais e laborais (por exemplo, ao nível dos valores e comportamentos familiares, dos papéis de género, da entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, do prolongamento da escolaridade, das dificuldades dos jovens no mercado de trabalho), são factores que têm conduzido a: uma verticalização das famílias; a um alargamento das gerações; a um aumento do número de idosos; a uma maior complexidade das relações familiares e intergeracionais; a readaptações individuais e familiares; a novos papéis, identidades e solidariedades no seio das famílias (Singley,

1993, Segalen, 1996, Attias-Donfut, 1995, 1998). Na União Europeia, devido, sobretudo, à diminuição da natalidade e ao aumento da esperança média de vida, acredita-se que o século XXI será o século dos idosos, o século onde predominarão as gerações mais velhas em relação às outras faixas etárias.

Em Portugal, a taxa de mortalidade infantil no primeiro ano de vida era de 81 por 1000 nados vivos em 1960 e de apenas 5 em 2002. No que diz respeito à esperança de vida ao nascimento, esta era de 76 anos, nesta mesma data. Para além disso, alguns dados do *Instituto Nacional de Estatística* (INE, 2001) dão-nos conta de variadas evoluções sociais e familiares, nomeadamente:

- o número de jovens com menos de 15 anos diminuiu 17% no período entre 1991 e 2001 e o número de idosos aumentou 26% neste mesmo período;
- em 2001, para cada 100 jovens com menos de 15 anos havia 102 idosos;
- 15% das famílias eram, em 2001, constituídas por várias gerações (avós, pais e netos) e 17,4 % só por idosos;
- é no Alentejo (com 26.6%) e na região centro interior (com 21,7%) que encontramos a maior proporção de famílias constituídas só por idosos;
- pertencem às Regiões Autónomas, as maiores proporções de famílias com idosos e outras gerações, na Madeira (20,5%) e nos Açores (18,2%);
- na região de Lisboa e Vale do Tejo há 36,7 % de pessoas com 65 anos ou mais a viverem sós. Por seu lado, essas percentagens descem abruptamente para 1,5% na Região dos Açores e 1,7% na Região Autónoma da Madeira;
- em 2001, 0,9% de núcleos familiares eram constituídos por avós e netos.

Dados do *European Social Survey* (ESS, 2004) dão-nos igualmente alguns indicadores das dinâmicas e configurações familiares em Portugal e no contexto europeu. Assim, no que diz respeito ao índice de fecundidade, Portugal é, a seguir à Espanha (com 1,2) e à Grécia (com 1,3), o país que apresenta um índice mais baixo de fecundidade da Europa (1,5), tendo os casais dos países nórdicos mais filhos do que os dos países do Sul.

Quanto à dimensão das famílias, a Alemanha e o Reino Unido

constituem os países da Europa com a mais elevada percentagem de pessoas a viverem sozinhas (20%). Já em Espanha, há apenas 6,1% de pessoas a viverem sós, enquanto que em Portugal 6,8% da população vive sozinha. Ainda no nosso país, 44,6% das pessoas que habitam sós têm entre 60 e 74 anos e 25% têm 75 anos ou mais.

No que diz respeito às famílias monoparentais, estas constituem, na Europa, 5,6% do total, ocupando a Irlanda e a Hungria o topo da lista, com 10%, seguidas pela Espanha (com 9,2%) e Itália (com 8,3%). A percentagem mais baixa destas famílias (4%) regista-se na Suíça e na Holanda. Portugal apresenta 5,7% de famílias monoparentais ocupando, contudo, o segundo lugar na Europa quando se trata da monoparentalidade adolescente (22%). O primeiro lugar da monoparentalidade nos adolescentes cabe à Inglaterra (com 25,7%), sendo estes dois países os que detêm maior número de mães adolescentes de todo o continente europeu.

Os dados do ESS confirmam, ainda, que a maioria da população em Portugal é casada (65%), apresentando 2,2% de divórcios, sendo essa taxa de 1,2% em Espanha. Ainda neste registo, apenas 4% dos portugueses vivem em coabitação, sendo os escandinavos, os suíços, os alemães e os britânicos os mais adeptos da coabitação.

Perante os dados que acabámos de apresentar, é possível observar grandes modificações familiares, nomeadamente nos índices demográficos, o que levou Roussel (1989) a acentuar nestes termos a dificuldade de previsão futura: "A incerteza é, por enquanto, o nosso destino, ou antes, um desafio que é necessário enfrentar" (p. 205).

Como se disse atrás, as gerações são portadoras de memória familiar e colectiva, de discursos e representações, participando na perpetuação de valores e na construção de novas identidades e trajectórias individuais e grupais. As gerações oferecem ao indivíduo um meio de estruturação do tempo social, pela distinção do passado, do presente e do futuro.

O alargamento da pirâmide geracional na família, a coexistência de três, quatro ou mais gerações, é um factor de enriquecimento pela possibilidade do aumento da convivência e das trocas entre as gerações, ao nível afectivo, relacional e cultural e ao nível das experiências e saberes. É também um factor de apoio e de solidariedade, pela oportunidade do aumento de trocas ao nível de actividades, serviços e bens entre as diferentes gerações, e da diversificação dos papéis familiares, nomeadamente de pais e avós, podendo alguns indivíduos, sobretudo as

mulheres, serem avós mais de metade das suas vidas (Castellan, 1998, Attias-Donfut e Segalen, 1998). Contudo, este alargamento geracional pode comportar alguns conflitos, ansiedade e *stress*, em virtude das diversas readaptações a realizar pelos diferentes elementos da família e núcleos familiares e pelo confronto inevitável de valores e culturas.

Solidariedades intergeracionais e cuidados na família

Existe todo um conjunto de factores que vão influenciar o relacionamento e a entreajuda entre as várias gerações e as diferentes formas de desempenhar os papéis de pais, avós e filhos, nomeadamente: a qualidade das relações entre as gerações; as condições socioeconómicas; as particularidades e micro culturas familiares; a idade, personalidade e estado de saúde; os locais de residência de avós, pais e netos; a forma como as famílias, principalmente os pais, estruturam o tempo das crianças; os valores culturais; as políticas sociais.

A protecção social, baseada no princípio da repartição, simboliza e coloca em acção um modelo de solidariedade entre as gerações que se impõe a todos e pode orientar as formas de solidariedade nas famílias. Vários estudos europeus mostram que o suporte fornecido pela família é também função das políticas sociais e que as prestações sociais não originam uma desresponsabilização das famílias. Pelo contrário, originam uma sinergia entre as ajudas privadas e públicas. Deste modo, as solidariedades familiares aparecem como mais activas nas sociedades nas quais a protecção social é maior (por exemplo, na França e nos países da Europa do Norte) e estas solidariedades familiares têm dificuldade em resolver as situações difíceis, em caso da falta de ajuda pública, mesmo nas culturas mediterrânicas, nomeadamente na Europa do Sul, onde as tradições familiares e os valores de entreajuda são fortes e onde a família é tradicionalmente considerada como o centro da responsabilidade colectiva de cuidados (Attias-Donfut *et al.*, 1997).

As macro culturas e as micro culturas familiares, em permanente interacção de ideias, concepções, valores e ideologias, vão participar nos processos de transformação dos valores familiares e nas formas de solidariedade na família e na sociedade. Algumas investigações têm salientado que, nas diferentes culturas, os valores da solidariedade familiar variam em função do nível mais ou menos elevado da cultura individualista ou colectivista, mas, também segundo as prioridades dadas aos

descendentes ou ascendentes. Assim, nas culturas asiáticas e africanas onde há uma forte tradição do respeito e poder exercido pelos mais velhos, é acentuado o que Hagestad (2002) chama de *"dedicação filial"*. Por seu lado, nos países nórdicos, centrados fortemente nas relações com os filhos, nas crianças, este autor fala de *"dedicação parental"*.

Um estudo comparativo europeu sobre os valores familiares, salientou alguns contrastes entre os países nórdicos e os países mediterrânicos. Por exemplo, os noruegueses são, entre os povos europeus, os mais centrados nas crianças: 73% defendem que os pais devem fazer o mais possível pelos filhos, enquanto que 45% defendem a ideia de que os filhos devem respeitar os pais. Nos países do Sul da Europa, tal como em Itália e Espanha, são um pouco mais numerosos os que defendem o respeito pelos pais e pelos mais velhos (84%) como algo mais prioritário do que a dedicação aos filhos (79%) (Hagestad, 2002). Por seu turno, os franceses situam-se numa posição intermédia cultivando, ao mesmo tempo, o respeito filial e a dedicação aos filhos. Contudo, estão um pouco mais orientados para os filhos (75%), do que para os pais (71%) (Bréchon, 2000).

Apesar do aumento das separações, dos divórcios e do trabalho feminino, das exigências laborais, da distância e mobilidade geográfica das famílias, da valorização dos valores individualistas que acentuam a independência e a autonomia, os quais podem dificultar os papéis e as relações intergeracionais e contribuir para o aumento de idosos que vivem sozinhos, estes factores não eliminaram as solidariedades familiares intergeracionais, nomeadamente nos cuidados às crianças ou aos idosos, no apoio na doença ou em momentos de crise ou mudança (divórcio, desemprego, migração, maternidade/paternidade na adolescência). De facto, não foi eliminado o *"altruísmo participativo"* (Moscovici, 2001).

Estudos efectuados já testemunharam a reciprocidade directa ou indirecta, imediata ou diferida no tempo das dádivas, das solidariedades e das obrigações através das gerações, circulação esta, da dádiva e da dívida, que é o fundamento dos laços sociais familiares, na perspectiva precursora de Mauss (1960). Assim, pessoas idosas que no passado tomaram conta das gerações anteriores recebem, mais vezes do que os outros, cuidados dos seus filhos, como se o exemplo dos pais servisse de modelo aos comportamentos futuros dos filhos em relação a si (Attias-Donfut, 1995). Estamos, pois, em presença de uma reciprocidade indirecta, onde damos a uns (aos pais) e onde recebemos dos

outros (dos filhos), fazendo lembrar o ditado português: *filho és, pai serás, como fizeres, assim acharás.*

As relações entre as diferentes gerações na família, entre avós, pais e netos, continuam sólidas, registando-se hoje novas alianças e redes de apoio entre as gerações (Attias-Donfut e Segalen, 1998, Belsky, 2001, Bengtson *et al.* 2003, Litwak *et al.* 2003). A família não perdeu a sua função enquanto rede social e encontrou outras formas de parceria com outras redes formais, sendo duas das suas principais funções, a socialização das crianças e o apoio aos adultos, partilhados com algumas redes formais.

Apesar de uma transferência progressiva de funções consideradas exclusivas da família para outros agentes sociais, tanto na União Europeia como nos EUA, a maioria dos cuidados prestados aos indivíduos é tarefa dos familiares. A família continua a representar o lugar privilegiado de desenvolvimento, socialização, cuidados, protecção, altruísmo e solidariedade (Macaulay *et al.*, 1970, Lesemann *et al.* 1993, Ramos, 1993, 2004, Kellerhals *et al.* 1994, Salvage, 1996, Attias-Donfut, 1995, 1998, Barber, 1999, Moreira, 2001). Na verdade, a família continua a constituir um núcleo de altruísmo, isto é, de comportamentos que se exercem em benefício do outro, sem que se espere uma recompensa de uma fonte exterior (Macaulay *et al.*, 1970).

No que diz respeito à solidariedade familiar, referente aos *cuidados às crianças e aos idosos*, ou seja, às gerações mais jovens e mais velhas é, em geral, atribuída por excelência às mulheres a responsabilidade destes cuidados. Em Portugal, os dados do *Instituto Nacional de Estatística* (INE), referentes ao *Inquérito à Ocupação do Tempo - 1999*, revelam que as famílias representam a principal fonte de prestação de cuidados às crianças e aos adultos, ou seja, cuidados básicos, cuidados por motivo de doença, idade, deficiência e que a maior parte desses cuidados é assegurada pelas mulheres. Esta predominância do cuidar no feminino na família, desde o início da humanidade e desde o nascimento até à morte, é confirmada por investigações realizadas em diferentes contextos sócio-culturais (Lesemann,1993, Kellerhals *et al*, 1994, Attias-Donfut, 1995, 1998, Salvage, 1996, Bloch, 1998, Collière, 1999, Moreira, 2001, O´Shea, 2002, Perista, 2002).

Nas novas alianças e nas práticas de solidariedade familiar intergeracional que continuam activas, contrariamente à crença generalizada da sua perda, destacam-se particularmente o *papel dos avós* na guarda e nos cuidados à criança e os *cuidados ao idoso* na família. As relações

entre avós e netos são hoje mais individualizadas, mais abertas e mais alargadas no tempo. A maioria das crianças e jovens tem a oportunidade de nascer e viver mais tempo com os quatro avós vivos, de conviver com avós mais saudáveis, mais instruídos, que vivem mais tempo e que têm, em geral, mais poder económico (usufruem de reformas, por vezes confortáveis, e do apoio do estado, sendo uma parte destes bens utilizada para ajuda material aos filhos e netos). É ainda de destacar a possibilidade de as gerações mais novas beneficiarem agora de um apoio mais individualizado dos avós, já que, por nascerem cada vez menos crianças, os avós têm menos netos para cuidar ou apoiar (Attias-Donfut e Segalen, 1998).

Importa acentuar que os avós de hoje constituem, em geral, os jovens dos anos sessenta e setenta que lutaram pela liberdade e autonomia, por novas formas de relacionamento entre os sexos e na família, por novos valores e papéis sociais, estando, em geral, mais próximos dos filhos do que dos seus próprios pais, o que poderá contribuir para a fortificação dos laços com as novas gerações, com as crianças e os jovens, com os filhos e os netos.

Um estudo de Wolff (1998), realizado na Alemanha, salienta que a guarda dos netos pelos avós origina múltiplas formas de reciprocidade entre as três gerações: os netos vão manter uma relação privilegiada duradoira com o avô que se ocupou deles; os pais, cujos filhos foram cuidados pelos avós, manterão relações mais estreitas com estes quando forem mais idosos, fazendo-lhes, em média, dez visitas anuais suplementares.

Neste contexto, a investigação de Attias-Donfut e Segalen (1998) evidencia esta solidariedade e reciprocidade entre as gerações, sublinhando que o investimento no papel de avós não diminuiu o investimento junto das pessoas mais velhas. Pelo contrário, o investimento junto dos idosos é mais importante naqueles que se ocupam mais vezes e regularmente dos netos. Entre os que guardam as crianças semanalmente, 47% ocupam-se também, de forma regular, dos pais idosos, enquanto que daqueles que nunca se ocupam dos seus netos, somente 27% se dedicam a cuidar dos mais velhos. Este estudo concluiu ainda que tanto os homens como as mulheres ajudam mais os pais idosos quando eles guardam regularmente os netos, ou seja: 50% das avós que guardam os netos e 31% das que não os guardam ajudam periodicamente os pais idosos; 40% dos avôs que guardam os netos e 23% dos que os não guardam tomam conta de um familiar mais velho.

Nos cuidados aos idosos, para além dos valores culturais e dos sentimentos de amor, afeição e dedicação, geralmente associados a estes cuidados, outras razões contextuais podem influenciar a prestação dos cuidados na família, nomeadamente a coabitação de longa data, a proximidade geográfica, a inexistência de estruturas de apoio e os custos financeiros elevados da institucionalização, por exemplo, dos lares. Por outro lado, factores como a distância geográfica, a exiguidade do espaço, o trabalho feminino e as novas configurações familiares podem dificultar a prestação de cuidados no domicílio (Attias-Donfut, 1995, Moreira, 2001).

No que concerne à ideia generalizada da institucionalização precoce dos idosos, do abandono e negligência familiar, da diminuição da atenção aos pais e idosos, relativamente às gerações precedentes, alguns estudos evidenciam o contrário. Com efeito, tem-se concluído que o envelhecimento e o aumento da esperança de vida implicam uma maior dependência, e que os filhos, sobretudo as filhas, prestam cada vez mais cuidados aos seus familiares, durante períodos mais longos do que as gerações precedentes, frequentemente com grandes custos pessoais e profissionais e com consequências para a saúde física e psíquica dos próprios cuidadores (Salvage, 1996, Belsky, 2001, O´Shea, 2002).

A este respeito, Barber (1999) analisou um conjunto de investigações realizadas nos EUA, nas três últimas décadas, e concluiu o seguinte: os cuidados informais ministrados no seio das famílias constituem cerca de 80% dos cuidados ao idoso com incapacidade crónica; aproximadamente 30% das mulheres que prestam cuidados, em geral, filhas, abandonam os seus empregos ou reduzem a actividade profissional para cuidar dos pais idosos; 25% das candidaturas a lar de idosos são justificadas pela morte do cuidador informal.

Estudos realizados na UE, concluem que são sobretudo as mulheres, a filha, a nora ou a esposa do familiar idoso que cuidam dele, representando, aproximadamente, 80% do total de prestadores de cuidados a familiares idosos (Salvage, 1996, Attias-Donfut e Segalen, 1998, O´Shea, 2002). Também as investigações têm mostrado, que proporcionar cuidados, por exemplo ao idoso, durante um longo período de tempo, pode ter consequências psicológicas e somáticas que afectam a saúde e bem-estar do cuidador, devido ao desgaste físico e emocional, alertando-se para a necessidade de apoiar as famílias e de promover estruturas de apoio adaptadas às diferentes situações (Ryff *et al*, 1995, Haley *et al*, 1996, O´Shea, 2002).

É importante realçar que os estudos evidenciam que os idosos demonstram uma preferência pelo apoio e cuidados prestados no seu próprio domicílio à institucionalização/colocação num lar, representando esta segunda situação, muitas vezes, uma experiência dolorosa e traumatizante para o idoso e culpabilizante para a família (Le Bris, 1994, O´Shea, 2002). Verifica-se, na Europa, em geral, uma desvalorização dos lares, mesmo quando estes asseguram qualidade, sendo considerada a hipótese do recurso ao lar apenas quando as outras soluções não resultaram (Le Bris, 1994).

Em relação aos cuidados tanto aos idosos como às crianças e jovens, estudos norte-americanos e europeus salientam que apesar da predominância feminina, os homens, pais ou filhos, participam cada vez mais nestes cuidados (Ramos, 1993, 2004). Constata-se, assim, que o suporte das solidariedades familiares é composto de afectos e trocas, de dádivas e reciprocidades, de normas e relações que se estabelecem ao longo do tempo, mais do que de normas externas e ideologias impostas, estando a dívida e a obrigação em relação aos ascendentes presente, em maior ou menor grau, nos discursos e nas práticas (Singley, 1993, Lesemann et al , 1994, Kellerhals, 1994, Attias-Donfut, 1995, Salvage, 1996).

Avós e netos nas novas dinâmicas familiares e educativas

"Uma avó é uma mulher que não tem filhos, por isso gosta dos filhos dos outros. As avós não têm nada que fazer, é só estarem ali. Nunca dizem: despacha-te. Normalmente são gordas, mas mesmo assim conseguem atar-nos os sapatos. Sabem sempre que a gente quer mais uma fatia de bolo ou uma fatia maior. Uma avó de verdade nunca bate numa criança: zanga-se mas a rir. As avós usam óculos e, às vezes, até conseguem tirar os dentes. Quando nos lêem histórias nunca saltam bocados e não se importam de contar a mesma história várias vezes. As avós são as únicas pessoas grandes que têm sempre tempo. Não são tão fracas como elas dizem, apesar de morrerem mais vezes do que nós. Toda a gente deve fazer o possível por ter uma avó, sobretudo se não tiver televisão" ("*Enfants Partout*", Meneres, 2003, p. 109).

Os avós impregnam a história e o imaginário familiar, muito em particular, o imaginário infantil, como ilustra este extracto da autoria de uma criança. Os avós constituem a base do equilíbrio necessário entre o imaginário familiar e os laços de filiação, participando de uma forma consciente e inconsciente na construção psíquica dos netos.

Avós e avôs deixam memórias e recordações nas crianças e adultos, muitas vezes diferentes. Os avôs são recordados e relacionados pelos netos à história social, sendo descritos no seu trabalho, actividades e implicações no domínio exterior/público. Por seu lado, as avós são relacionadas com a história familiar, a casa, a cozinha, as roupas, isto é, com o domínio privado/familiar, numa clara divisão sexual de papéis (Attias-Donfut e Segalen, 1998).

O papel e o poder dos avós está hoje reforçado na família, na educação da criança, na legislação e na sociedade, nomeadamente na sociedade portuguesa, tendo-se reconhecido em Portugal o dia 26 de Julho como o dia internacional dos avós. A legislação portuguesa reconhece a importância para a criança do relacionamento com os ascendentes, com os avós, consagrando o direito de convívio entre avós e netos no código civil (artigo 1887-A, aditado pela lei n. 84/95, de 31/08). O Supremo Tribunal de Justiça, em 03/03/1998 (CJI -119), proferiu um acórdão sobre a matéria, nestes termos:

"I - O Artigo 1887- A do CC, aditado pela Lei n. 84/95, de 31/08, consagrou não só o direito do menor ao convívio com os avós, como reconheceu, também o direito destes ao convívio com o neto, que poderá designar-se por "direito de visita".

II - Em caso de conflito entre os pais e os avós do menor, o interesse deste último será o critério decisivo para que seja concedido ou denegado o "direito de visita".

III - Presumindo a lei que a ligação entre os avós e o menor é benéfica para este, incumbirá aos pais, ou ao progenitor sobrevivo ou que ficou a deter o poder paternal, a prova de que, no caso concreto, esse relacionamento ser-lhe-á prejudicial".

Na cultura popular portuguesa ser avó e avô é ser mãe e pai duas vezes. Ser avô proporciona novas identidades, novos papéis, novas interacções, dá um sentido à vida e um desejo de continuidade. Junto dos netos, os avós têm uma influência directa e, enquanto pais dos pais dos netos, têm uma influência importante nas atitudes e nos comportamentos educativos dos seus filhos, agora pais e educadores. Numerosas

investigações, em diferentes contextos sociais e culturais, confirmam a importância da transmissão intergeracional dos valores e práticas educativas, mostrando que esta transmissão é também involuntária e inconsciente e ainda que o tipo de educação e de cuidados de que os pais foram objecto na infância influencia a forma como cuidam e educam os seus próprios filhos (Kivnick, 1982, Brazelton, 1988, Ramos, 1990, 1993, 1995, 2001, 2002, 2003, 2004, Kornhaber, 1996, Castellan, 1998).

Os avós constituem um apoio emocional, educativo e instrumental importante para os netos e pais, assumindo hoje o seu papel de múltiplas formas, certamente diferenciadas das de outrora, e estando este papel dependente de vários condicionalismos e motivações, nomeadamente da distância geográfica, da saúde e da disponibilidade, da existência ou não de apoios externos à família, da qualidade e quantidade das relações e contactos entre os avós e os pais da criança e das necessidades identitárias. Deste modo, o papel dos avós pode assumir grande variabilidade, desde uma quase ausência, ao cuidado ocasional ou nas férias ou, ainda, aos cuidados e participação educativa frequentes em substituição, mais ou menos completa dos pais ausentes (Attias- Donfut e Segalen, 1998).

Todavia, ainda que tendo um papel muito importante na socialização/educação dos netos, por constituírem uma alternativa no cuidar dos netos e um recurso valioso no suporte/apoio aos pais, os avós não devem substituir-se aos pais, excepto nas situações em que é necessário. Em França, 4% dos avós são obrigados a tomar a seu cargo a responsabilidade dos netos, devido à incapacidade e falhas dos pais (Castellan, 1998). Estudos efectuados neste país mostram que a implicação e a ajuda dos avós é muito importante, em caso de divórcio, sobretudo quando estes têm menos de 65 anos, nomeadamente na guarda das crianças, na vida quotidiana e na ajuda financeira. Os dados mostram que cerca de 74% das mulheres divorciadas recebem este apoio, contra 55% das não divorciadas/separadas. Concluiu-se também que os jovens divorciados beneficiam sobretudo de uma ajuda financeira da parte dos pais, enquanto que as jovens divorciadas têm mais tendência em regressar à casa dos pais quando se divorciam e ficam sós com as crianças (Attias-Donfut e Segalen, 1998).

Nos EUA, em caso de divórcio, os avós desempenham um papel, sobretudo de *"estabilizadores"*, colocando-se disponíveis em caso de necessidade e desempenhando um apoio moral importante para os filhos e netos, tal como o afirmou Johnson (1983). Este autor reuniu um conjun-

to de "prescrições" a ter em conta da parte dos mais velhos, dos avós, na situação de divórcio dos filhos, nomeadamente: estar presente; ser um conciliador/advogado; ser carinhoso; fornecer uma continuidade familiar; fazer a ligação com os pais; renovar a auto-confiança; ser uma fonte de segurança; facilitar a vida dos pais; guardar os netos; fazer-se desejado como companhia. Ainda neste país, existem numerosas associações que propõem programas de formação e apoio para os avós, tais como: *"Expectant Grandparent Program"*, *"Grandsparents Raising Grandchildren"*, *"Grandsparents as Parents"*, *"Raising our Children's Kids"* (Kornhaber, 1996).

A importância da educação dispensada por pessoas alternativas, como sejam, avós, tios, irmãos, é acentuada por vários autores, nomeadamente por Werner (1994). Este investigador concluiu, a partir de investigações realizadas no Hawai e no Minnesota, que bebés de mães maltratantes e de pais alcoólicos mostravam-se socialmente interactivos, despertos e fáceis de acalmar, evidenciando vinculações confiantes e seguras devido à presença de um membro com a função de suporte/apoio, nomeadamente de avós.

Os papéis dos avós podem assumir diferentes formas, distinguido Neugerten e Weinstein (1968) cinco estilos:

- *lúdico*, no qual predominam a valorização da brincadeira, da satisfação e prazer mútuos e as actividades informais;
- *formal*, em que há uma definição clara de papéis, nomeadamente em relação aos dos pais e adopção de comportamentos convencionais segundo as representações que têm do papel de avós;
- *autoritário*, colocando quer os netos, quer os pais dos netos numa situação de subordinação;
- *distante*, havendo contactos reduzidos com os netos e apenas ocasionalmente, por exemplo, aniversários, festas;
- *substitutivo*, caracterizando os avós que tendem a assumir os cuidados e as responsabilidades educativas na ausência ou incapacidade dos pais.

Kivnick (1982) salienta algumas funções afectivas e educativas dos avós, como sejam: assegurar a continuidade e os laços de filiação; transmitir conhecimentos; acarinhar a criança e promover o seu desenvolvimento; guardar a memória e favorecer a transmissão das tradições e valores familiares, educativos e culturais. Também Shattuck (1999) destaca o papel importante dos avós na cultura indu, não só nos cuida-

dos às crianças, mas, sobretudo, enquanto principais educadores das gerações mais novas e transmissores dos conhecimentos, experiências e tradições culturais.

Na verdade, os avós têm um papel pedagógico muito importante, permitindo abrir o horizonte quotidiano da criança e da família, alargando-o às dimensões espaciais e temporais, à sociedade e ao mundo. Um estudo realizado nos EUA, junto de futuros avós, salientou que estes, sobretudo as avós, manifestam grandes expectativas em relação aos seus papéis. Deste modo, as avós têm esperança que o novo papel lhes traga grandes satisfações, desejando fortemente serem úteis junto dos netos e serem consideradas tolerantes e sábias. Os avôs imaginam sobretudo para si o papel de conselheiros junto dos pais e de prestação de cuidados aos netos (Somary e Stricker, 1998).

Um estudo português com mais de uma década, realizado pela *Direcção Geral da Família* (1993), concluía que, no nosso país, 25,5% das crianças com menos de seis anos ficava com uma avó enquanto os pais trabalhavam. Tem-se verificado, no entanto, que estas redes de apoio familiar diminuem em meio urbano, devido à distância geográfica das famílias e ao recurso a outros apoios, tais como creches e amas (Ramos, 1990, 1993).

Também em França, um estudo de Attias-Donfut e Segalen (1998) mostra como os avós estão fortemente implicados na guarda e nos cuidados dos netos, sendo que: 85% das avós, contra 75% dos avôs, fornecem estes serviços ocasionalmente ou durante as férias; 38% das avós e 26% dos avôs asseguram uma guarda semanal. A presença do avô assegura um apoio material e psicológico à avó, sendo que 87% das avós que vivem com o conjugue asseguram a guarda das crianças, contra 78% das que não vivem em casal. Este estudo revela também diferenças na guarda dos netos segundo os meios sociais: a guarda semanal é mais frequente nos meios agrícolas (48%), seguida dos meios dos empregados (35%) e dos operários (34%), sendo menos frequente nos meios dos quadros (22%).

Notas finais

Nas famílias produzem-se múltiplas formas e práticas de solidariedade intergeracional, tratando-se de uma solidariedade, dedicação e ajuda considerada "natural", que não se questiona. Podemos afirmar que

o núcleo familiar é objecto do que Moscovici (2001, p. 77) denomina de *"altruísmo participativo"*, ou seja, uma participação intensa na vida em comum, uma dedicação e um vínculo a uma comunidade e a um grupo com o qual nos identificámos. O "altruísmo participativo" é um "altruísmo sem outro", onde o eu e o outro não estão verdadeiramente distintos. "O outro constitui o nós que liga os membros da família", um "nós familiar" altruísta e solidário.

A família constitui um todo social com características e necessidades próprias, inserida e influenciada por um sistema mais vasto de interacções sociais alargadas à comunidade e à sociedade e pelas redes sociais e informais. A família é lugar de suporte, de protecção e de cuidados, dando corpo a um tecido de laços sociais elementares e a um núcleo de solidariedades alternativas às do Estado.

O apoio à criança e ao idoso passa, também, por apoiar a família como um sistema interactivo, e a própria comunidade, necessitando as famílias lhe sejam proporcionados recursos para cumprir os seus papéis, por uma comunidade responsável e solidária e por um estado que promova políticas e práticas adequadas. Embora a família constitua um núcleo activo e multidimensional de solidariedades, ela não pode substituir a falta de solidariedade social e as falhas do Estado, solidariedades e responsabilidades essas que a sociedade e o Estado deverão igualmente assumir.

Em nosso entender, são necessárias políticas sociais mais adaptadas às necessidades das famílias e das diferentes gerações, havendo necessidade de um maior equilíbrio e coordenação entre a prestação de cuidados informais e formais. Educar para o respeito e a solidariedade com as várias gerações, com os mais velhos e com os mais jovens, com os pais e com os filhos, é tarefa de todos e de todas as instâncias sociais. Contudo, é sobretudo na família que estes valores poderão ser verdadeiramente ensinados, cultivados e aprofundados.

Bibliografia

Amato, P. & Keith, B. (1991). Parental divorce well-being of children: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 110, 26-46.

Attias-Donfut, C. (1995). *Les solidarités entre génerations. Vieillesse, famille, Etat.* Paris: Nathan.

Attias-Donfut, C. & Lapierre, N. (1997). *La famille providence.* Paris:

La Documentation Française.

Attias Donfut, C. & Segalen, M. (1998). *Grands-parents. La famille à travers les génerations*. Paris: Odile Jacob.

Bengtson, V. & Robertson, J. (Eds) (1985). *Grandparenthood*. London: Sage Publications.

Bengtson, V., Lowenstein, A., Putney, N. & Gans, D. (2003). Global aging and challenges to families. In V. Bengtson & A. Lowenstein (Eds.), *Global aging and challenges to families*. New York: Walter de Gruyter.

Bloch, F. & Buisson, M. (1998). *La garde des enfants: une histoire des femmes*. Paris: L´Harmattan.

Bourguignon, O., Rallu, J. & Thery, I. (1985). *Du divorce et des enfants*. Paris: PUF.

Brazelton, T. (1988). O *desenvolvimento do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

Bréchon, P. (Dir.) (2000). *Les valeurs des Français. Évolution de 1980 a 2000*. Paris: Armand Colin.

Castellan, Y. (1993). *Psychologie de la famille*. Paris: Payot.

Castellan, Y. (1998). *Les grands-parents ces inconnus*. Paris: Bayard Éditions.

Collière, M. F.(1999). *Promover a vida*. Lisboa: Lidel.

Finch, J. (1989). *Family obligations and social change*. Cambridge: Polity Press.

Hagestasd, G. (2002). Interdependant lives and relationships inchangings times: a life course view of families and aging. In R. Settersten (Ed), *Invitation to the life course: toward new understanding of later life*. New York: Bayood Publishing Co.

Haley, W. *et al.* (1996). Appraisal, coping and social support as mediators of well-being in black and white family caregivers of patients with Alzheimer´s disease. *Journal of consulting and clinical psychology*, 64, *1*, 121-129.

Johnson, C. (1983). A cultural analysis of the grandmother. *Research on Aging*, 5, *4*, 547-567.

Le Bris, H. (1994). *Responsabilidade familiar pelos dependents idosos nos países da Comunidade Europeia*. Lisboa: Conselho Económico e Social.

Langouet, G. (Ed.) (1998). *L´état de l´enfance dans les nouvelles familles en France*. Paris: Hachette.

Lesemann, F. & Martin, C. (1993). *Les personnes âgeés. Dépendance,*

soins et solidarité familiales. Comparaisons Internationales. Paris: La Documentation Française.

Litwak, E., Silverstein, M. & Bengtson, V. (2003). Theories about families, organizations and social supports. In V. Bengtson & A. Lowenstein (Ed.), *Global aging and challenges to families*. New York: Walter de Gruyter.

Kellerhals, J. *et al.* (1994). *Les reseaux de solidarité dans la famille*. Lausanne: Ed. Réalités Sociales.

Kivnick, H. (1982). Grandparenthood: an overview of meaning and mental health. *Gerontologist*, 22, 59-62.

Kornhaber, A. (1996). *Contemporary grandparenting*. New York: Sage Publications.

Kot, L. & Shoemaker, H. (1999). Children of divorce: an investigation of the developmental effects from infancy to adulthood. *Journal of divorce and remarriage*, 31, *1/2*, 161-178.

Macaulay, M. & Berkowitz, L. (Eds.) (1970). *Altruism and helping behaviour*. New York: Academic Press.

MacGreal, C. (1994). The family across generations: grandparenthood. In L. Abate (Ed.). *Handbook of developmental family psychology and psychopathology*. New York: John Wiley & Sons.

Marpsat, M., Firdion, J. & Meron, M. (2000). Le passé difficile des jeunes sans domicile. *Population et société* (363). Paris: INED.

Mauss, M. (1960). *Essai sur le don*. Paris: PUF.

Menères, M.A. (2003). *Imaginação*. Porto: Asa Editores.

Menahem, G. (1994). *Problémes de l´enfance, statut social et santé des adultes*. Paris: CREDES.

Moreira, I. (2001). O *doente terminal em contexto familiar: uma análise da experiência de cuidar vivenciada pela família*. Coimbra: Ed. Sinais Vitais.

Moscovici, S. (2001). *Psychologie Sociale des relations à autrui*. Paris: Nathan.

Neugarten, B. & Weinstein, K. (1968). The changing american grandparent. In B. Neugarten (Ed.), *Middle age and aging*. London: University of Chicago Press.

O´Shea, E. (2002). *Améliorer la qualité de vie des personnes âgées en situation de dépendance* (CDCS). Strasbourg: Edtions du Conseil de l´Europe.

Perista, H. (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e o tempo dos homens. *Análise social*, XXXVII, *163*, 447-474.

Ramos, N. (1990). Educação precoce e práticas de cuidados infantis em meio urbano. *Actas do Colóquio Viver na Cidade*. Lisboa: LNEC, pp. 315-323.

Ramos, N. (1993). Maternage en milieu portugais autochtone et immigré. De la tradition à la modernité. Une étude ethnopsychologique. Tese de Doutoramento em Psicologia. Paris V: Université René Descartes, Sorbonne, 2 vol.

Ramos, N. (2002). Educação, saúde e culturas - Novas perspectivas de investigação e intervenção na infância. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 36, 1/2/3, 463-487.

Ramos, N. (2004) *Psicologia Clínica e da Saúde*. Lisboa: Univ. Aberta.

Ramos, N. (2004). A família nos cuidados à criança e na socialização precoce em Portugal e no Brasil: uma abordagem intercultural comparativa. In A. Cova, N. Ramos & T. Joaquim (Eds.), *Desafios da comparação. Família, mulher e género em Portugal e no Brasil*. Oeiras: Celta, pp.149-190.

Ramos, N. (2005). Famílias e crianças em contexto de pobreza e exclusão - Do desenvolvimento à saúde e à educação. *Psychologica, 38*, 241-263.

Robertson, J. (1995). Grandparenting in an era of rapid change. In R. Blieszner & V. Hilkevitch (Eds). *Handbook of aging and the family*. Westport: Greenwood Press.

Roussel, L. (1989). *La famille incertaine*. Paris: Odile Jacob.

Ryff, C. & Seltzer, M. (1995). Family relations and individual development in adulthood and aging. In R. Blieszner & V. Hilkevitch (Eds), *Handbook of aging and the family*. Westport: Greennood Press.

Salvage, A. (1996). *Qui prendra soin d´eux? Perspectives d´avenir de l´aide familiale aux personnes âgées dans l´ Union Européenne*. Strasbourg: Ed. du Conseil de l´Europe.

Segalen, M. (1996). *Sociologie de la famille*. Paris: A. Colin.

Shattuck, C. (1999). *Hinduismo*. Lisboa: Edições 70, Ld.

Singly, F. (1993). *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Nathan.

Smith, P. (Ed.) (1991). *The psychology of grandparenthood – An internacional perspective*. London: Routledge.

Somary, K. & Stricker, G. (1998). Becoming a grandparent: a longitudinal study of expectations and early experiences as a function of sex and lineage. *The Gerontologist*, 100, *1*, 53-61.

Stern, D. (1985). *The interpersonnel world of the infant*. New York:

Basic Book.

Werner, E. (1994). Protective factors and individual resilience. In S. Meisels & J. Shonkoff (Eds.), *Handbook of early childhood intervention.* Cambridge: University Press.

Filmografia

Ramos, N. (1993). Bercements et berceuses en milieu portugais. U-Matic, c., 30 mn.

Ramos, N. (1994). Gestes de mères, gestes de pères. Betacam SP, c., 35 mn.

Ramos, N.(1995).Grands-parents et petits-enfants. Le renouveau du Printemps. Betacam,SP, c, 45 mn.

Ramos, N. (1995). Maternage Portugais. Betacam SP, c., 35 mn.

Ramos, N. (2001). Acalantos. Gestos e ritmos de embalar em Portugal e no Brasil. Betacam SP, c, 34 mn.

Ramos, N. (2002). Pais e Filhos. As teias que o amor tece. Betacam SP, c, 33 mn.

Résumé

La complexité, l'importance et les nouvelles formes de relations et de solidarités familiales entre les générations, en particulier entre grands-parents et petits-enfants sont analysées dans cette etude. On y souligne comment la qualité des attachements affectifs, relationnels et communicationnels entre les generations les plus jeunes et les plus âgées et la participation des différentes generations aux soins, à l'éducation et à la socialisation sont fondamentales pour le développement, le bien-être et la qualité de vie des enfants et des adultes. Ces facteurs contribuent à la production de nouvelles relations et de modalités diverses de solidarité entre les générations dans la famille.

Summary

In this text, the complexity, the importance and the new relationships and family solidarity between generations are analyzed, especially between grandparents and their grandchildren. It emphasizes how the quality of affective, relationship and communicative bonds between older and younger generations and how the participation of generations in the care, education and socialization are fundamental to

the development, well-being and quality of life of children and adults, and contribute to the production of new relationships and forms of intergenerational solidarity in the family.